



Tecnologias da Informação em Educação

nº e special

2º

CONGRESSO
LUSO-BRASILEIRO
EM INVESTIGAÇÃO
QUALITATIVA

Educação ambiental na percepção das crianças da educação infantil, Goiânia, Goiás, Brasil (2012)

Giovana Galvão Tavares

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, UniE-
VANGÉLICA

gio.tavares@gmail.com

Sibele Resende Prudente

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, UniE-
VANGÉLICA

sibelerp22@gmail.com

Josana de Castro Peixoto

Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, UniE-
VANGÉLICA

josana.peixoto@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar parte do resultado de pesquisa de mestrado sobre a concepção de Educação Ambiental de alunos da educação infantil da cidade de Goiânia, Goiás, Brasil. A pesquisa foi realizada no ambiente de ensino e a coleta das concepções de educação ambiental foi extraída por meio de desenhos feitos por 68 alunos em oito escolas. Para a classificação da concepção de educação ambiental expressa nos desenhos estabeleceu-se as categorias: natureza e solidariedade. Na concepção de natureza elegeu-se romântica, utilitária, naturalista e sócio-ambiental. Percebeu-se nos resultados a predominância da visão romântica do ambiente, baseada na harmonia perfeita, equilíbrio, beleza e afetividade. Na análise do material utilizou-se também a relação do Homem/Homem, Homem/Natureza, Homem/Sociedade e Sociedade/Natureza. Na maioria dos desenhos, o Homem não faz parte da Natureza, mas foi possível constatar que quando o mesmo está presente, há uma relação de solidariedade Homem/Homem, Homem/Natureza, Sociedade/Homem, aproximando-se da concepção EA proposta pela Ecosofia.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental; Desenho; Natureza; Solidariedade.



Abstract

This article aims to present part of the result of master research on the design of environmental education the students from the Infants school in the city of Goiânia, Goiás, Brazil. The research was conducted in the learning environment and the collection of environmental education concepts extracted through drawings made by 68 students in eight schools. To classify the design of environmental education expressed in the drawings was established categories: nature and solidarity. In the conception of nature was elected romantic, utilitarian, naturalistic and socio-environmental. It was noticed in the results of the predominance romantic view of the environment, based on perfect harmony, balance, beauty and affection. In the analysis of the material was also used in relation to the Human / Human, Human / Nature, Human / Society and Society / Nature. In most designs, the Man is not part of nature, but it was found that when it is present, there is a sense of solidarity Human / Human, Human / Nature, Society / Man, approaching the design proposed by EE ecosophy.

Keywords: Environmental Education; Drawing; Nature; Solidarity.

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar parte del resultado de una investigación de máster sobre la concepción de la Educación Ambiental de los estudiantes de la educación inicial de la ciudad de Goiânia, Goiás, Brasil. La pesquisa fue realizada en el ambiente de enseñanza y la colecta de las concepciones de educación ambiental fue extraída por medio de dibujos hechos por 68 estudiantes en ocho escuelas. Para la clasificación de la concepción de educación ambiental expresa en los dibujos fue determinado las categorías: naturaleza y solidaridad. En la concepción de naturaleza se eligió romántica, utilitaria, naturalista e socio-ambiental. Puede percibir en los resultados el predominio de la visión romántica del ambiente, embasada en la armonía perfecta, equilibrio, belleza e afectividad. En el análisis del material se utilizó también la relación del Hombre/Hombre, Hombre/Naturaleza, Hombre/Sociedad y Sociedad/Naturaleza. En la mayoría de los dibujos, el Hombre no es parte de la Naturaleza, pero fue posible constatar que cuando está presente, existe una relación de solidaridad Hombre/Hombre, Hombre/Naturaleza, Sociedad/Hombre, que se acerca de la concepción EA propuesta por la Ecosofía.

Palabras-Llaves: Educación Ambiental; Dibujo; Naturaleza; Solidaridad.



Introdução

O trabalho que ora segue integra a dissertação de mestrado “Educação Ambiental e escola de educação infantil: mapeando propostas e perspectivas (Goiânia/GO 2012)”, que teve como problema central compreender a percepção de Educação Ambiental (EA) das professoras, dos gestores e das crianças de escolas do ensino infantil situadas na cidade de Goiânia, Goiás/Brasil. Este artigo apresenta uma parte dos resultados contidos no trabalho mencionado que diz respeito à concepção das crianças acerca da EA. Para tal feito, expõe o processo histórico da EA no Brasil e a contextualização das escolas estudadas, posteriormente, apresenta a metodologia e a análise dos desenhos feitos pelos alunos, nos quais expressam concepções de EA tendo como categorias, a natureza e a solidariedade.

1.1. EA: histórico no Brasil

As discussões sobre o meio ambiente atingiram proporções mundiais com a criação nos anos de 1940 da fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) por um grupo de cientistas ligados às Nações Unidas, com o objetivo de proteger a natureza, desenvolver pesquisas e fazer campanhas de divulgação e educação voltada ao meio ambiente. Nos anos 1960, a jornalista Rachel Carson escreveu o livro *Primavera Silenciosa* que repercutiu especialmente nos países primeiro mundistas e, posteriormente, nos países do terceiro mundo, por relatar a crescente perda da qualidade de vida causada pelo uso indiscriminado de produtos químicos. Nessa mesma década, foram criadas organizações ambientais não governamentais, dentre as quais a World Wildlife Fund (WWF). E nos anos de 1970, a GRENPEACE. (Sauvé, 2005; Oscar, 2006; Loureiro, 2009). Com isso, no início dos anos 1970 cresce uma demanda mundial e social em busca de mais conhecimento sobre a relação Homem / Natureza e Homem/Homem.

A expressão EA foi utilizada pela primeira vez em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele (Grã Bretanha). Segundo Oscar (2006), a EA foi criada “ao mesmo tempo que se fazia a proposta de transformar este tema em parte essencial da educação de todos os cidadãos”. Tal Conferência discutiu a precariedade em que se encontravam os sistemas naturais do planeta e, na mesma década, foi criado o Clube de Roma com o objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.



Na década seguinte, mais precisamente em 1972, aconteceu a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) convocada pela ONU, na qual se buscava avaliar as questões ambientais e encontrar soluções conjuntas para a crise ambiental mundial. A Conferência gerou o Programa de Educação Ambiental, que visava educar o cidadão para compreender e combater a crise ambiental mundial. A proposta era a realização de trabalho educativo que procurasse sensibilizar as pessoas para as questões ambientais. Como resultado dos trabalhos realizados em Estocolmo, a UNESCO, em 1975, realizou em Belgrado um encontro internacional sobre EA, congregando especialistas e formulando princípios e orientações para o programa internacional de EA. Em Tbilise, ex-URSS, foi palco da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em 1977, que constitui até os dias de hoje, o ápice do Programa Internacional de Educação Ambiental. Conforme relata Oscar (2006), a Conferência foi um prolongamento daquela ocorrida em Estocolmo (1972) e definiu objetivos e características da proposta internacional de EA. A partir dos anos de 1980 foi preciso reflexões mais apuradas acerca da necessidade de discutir as questões ambientais, pois o mundo vivenciou um período de acidentes ambientais com efeitos graves, como o da usina nuclear de Chernobyl.

No Brasil, as discussões ambientais internacionais mencionadas anteriormente foram apoiadas pela comunidade acadêmica, a qual promoveu passeatas ambientais, principalmente contra a poluição de Cubatão e a preocupação com a energia nuclear de Angra dos Reis. Vale ressaltar que, apesar do avanço, os esforços ainda eram incipientes e as questões ambientais no Brasil eram tratadas de forma bastante embrionária. O principal obstáculo era quebrar a regra do desenvolvimento a qualquer custo, o que custou muito caro para o país. Na década de 1980, as Organizações Não Governamentais foram ganhando espaço e desenvolvendo projetos na área ambiental, tentando deixar o reducionismo da década de 1970 para trás, mas persistia a dificuldade de atingir a população em massa.

Foi somente em 1987 no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que surgiu o termo desenvolvimento sustentável, que leva à reflexão de garantir as necessidades essenciais das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras. Esse conceito formal de sustentabilidade é bastante criticado por ser antropológico e também por não ser um conceito pragmático. Apesar disso, é inegável sua importância, pois levou a humanidade a refletir sobre sustentabilidade e, a partir dessa visão, mesmo que incompleta e até contraditória, foi possível alçar novos vãos de desenvolvimento.



O reflexo imediato disso no Brasil apareceu na promulgação da Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, que contribuiu efetivamente com a Política Ambiental no país, alcançando uma maior parcela da população por meio de preocupações sócio-ambientais e auxiliando com o nascimento da EA no Brasil, presente no art. 225, VI, da Constituição Federal e, posteriormente, com a Lei n. 9795, de 27/04/1999. Em relação ao dispositivo constitucional, Morais (2002) faz várias considerações. Sustenta que é válido observar que o artigo da Constituição evidencia que cabe ao Poder Público a obrigação de defesa, preservação e garantia de efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado e imprescindível à qualidade de vida. O referido autor orienta que o exercício desse direito pode ser concretizado via ação popular ou ação civil pública. O dispositivo legal faz ainda menção ao conceito tradicional de desenvolvimento sustentável quando cita a preocupação com as atuais e futuras gerações.

Contudo, o artigo afirma que meio ambiente é bem de uso comum do povo. Para o autor, talvez seria mais adequado considerá-lo patrimônio comum da humanidade, uma vez que não se pode pensar em meio ambiente com barreiras, e sim de forma internacional e interligada. Essa concepção requer uma força tarefa de comprometimento de todos os Estados do mundo, no sentido de sobrevivência da própria espécie humana.

No inciso VI do artigo constitucional, o legislador disciplina sobre a promoção da EA em todos os níveis de ensino. Desta forma, a Carta Magna instituiu a obrigatoriedade de promoção desse campo do conhecimento, abrindo as portas das legislações estaduais e municipais que começam a legislar sobre o assunto. Na teoria, isso gera comprometimento de cada unidade escolar em trabalhar a EA. Porém, na prática é difícil abrir espaço para essa tarefa, muitas vezes, por falta de conhecimento da comunidade escolar e ausência de políticas públicas na área. A sociedade tem que se envolver para que a norma produza seus efeitos. O papel da fiscalização também é essencial, pelo menos até que a lei “caia” nos usos e costumes sociais.

O inciso ainda menciona a importância da conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Nesse aspecto, é essencial lembrar os ensinamentos de Freire (1995) que sustenta que o sujeito se auto conscientize por meio dos exemplos que lhe são dados. A EA também pode ser trabalhada com exemplos dentro de cada unidade escolar, dentro de cada sala de aula, na relação dos professores com seus alunos, dos alunos com seus pares e com suas famílias, procurando envolver toda a comunidade escolar na busca de uma Educação Ambiental transversal.



A Lei n. 9795, de 27/04/1999, institui a Política Nacional de Meio Ambiente, conceituando a EA como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Assim, EA é incumbência do poder público, das instituições educativas, dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, dos meios de comunicação de massa, empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, e da sociedade como um todo. A Lei n. 9795, de 27/04/1999 trabalha com os seguintes princípios básicos da Educação Ambiental: enfoque humanista, holístico, democrático e participativo. São abordadas as concepções de meio ambiente em sua totalidade; o pluralismo de ideias; concepções pedagógicas inter, multi e transdisciplinares. Além disso, a referida lei trabalha os princípios da ética, das práticas sociais e da continuidade e permanência do processo educativo. Dispõe também sobre a avaliação crítica do processo educativo; abordagem de questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

E ainda disciplina sobre os objetivos fundamentais da EA baseados na compreensão integrada do meio ambiente, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Trabalha a democratização de informações, o fortalecimento de consciência crítica sobre as questões ambientais, a participação individual e coletiva para a preservação do equilíbrio do meio ambiente. Além disso, dispõe sobre a cooperação entre as diversas regiões do País em busca da sustentabilidade, integração com a ciência e a tecnologia, e o fortalecimento da cidadania.

Sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei regulamenta, no ensino formal, a obrigatoriedade de se trabalhar esse campo do conhecimento na esfera da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Pondera ainda que a não deve ser implantada como disciplina específica nos currículos. Salienta que a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas, por meio de formação complementar.

Estudando ainda a parte histórica da EA observa-se que foi nos anos de 1990 que ocorreram os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental e o Ministério do Meio Ambiente criou o Programa Nacional de Educação Ambiental, mais conhecido como PRONEA. Nessa mesma época, o Ministério da Educação e Cultura inseriu



as problemáticas ambientais de forma transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Carvalho, 2008). E em Goiás, o município de Goiânia inclui em sua Lei Orgânica a obrigatoriedade da EA nos programas de ensino das unidades escolas (Subseção I do Sistema Municipal de Ensino Art. 239 inciso VII). Neste período, o Brasil passa por um crescimento e amadurecimento ambiental com participação fundamental das Organizações Não Governamentais e dos movimentos sociais. Alguns desses movimentos não lidavam originariamente e diretamente com questões ambientais, mas incorporaram essa recente preocupação em suas diretrizes passando a pensar, refletir, analisar e almejar EA. Já nos anos 1990 fala-se de uma EA mais crítica, política, reflexiva, interdisciplinar e profissional, que culminou num entrosamento social com a Agenda 21 da Rio/92 (Cúpula da Terra), no qual 170 países assinaram os 27 princípios para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o retrato da época, os obstáculos continuam e a EA é vista, quase sempre, no aspecto apenas de medidas políticas, sendo pouco pensada a questão ética nesse campo do conhecimento. No aspecto da biologia, a EA era vista como natureza, tendo o foco de mera degradação ambiental que atingia a saúde do ser humano. Nos anos 1990, a EA ainda está vinculada às Ciências Sociais mas, em 1997, começam alguns Programas de Pós Graduação na área, vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), o que trouxe muita visibilidade por meio das pesquisas realizadas e esperança de maior profissionalização. A EA no Brasil se fortaleceu bastante, em 2001, com Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental iniciados no estado de São Paulo, mas que atingiram interessados em vários outros estados que buscavam uma EA política e acadêmica. Em 2002, foi criado o primeiro Grupo de Estudo (GE) na área durante a 25ª reunião anual da ANPEd. Mas, em 2004, quando esse GE comprovou produção acadêmica, se transformou oficialmente no primeiro Grupo de Trabalho (GT) na área e trouxe boa produção de trabalhos científicos (Jacobi; Tristão, 2010).

Em 2012 o Brasil foi mais uma vez palco de uma Conferência Ambiental importante: a Rio + 20. Durante a Conferência evidenciou-se o choque de interesses entre países desenvolvidos e as nações em desenvolvimento. A maior controvérsia foi sobre os meios de implementação de sustentabilidade. A proposta inicial de criação de um fundo de 30 bilhões de dólares para fomentar ações sustentáveis, foi rejeitada. Diante do impasse, ficou resolvido que os países desenvolvidos se comprometem a aumentar a ajuda a países menos desenvolvidos. Entre os principais temas debatidos pode-se citar: o compromisso com a redução da pobreza, o piso social, a importância dos oceanos, a medida de riqueza e bem-estar e a agenda objetiva para o consumo sustentável. Contudo, a criação de um fundo para a promoção



do desenvolvimento sustentável foi adiada para 2014.

Com toda essa trajetória, percebe-se que a EA está sendo construída no decorrer de um longo caminho. Como já visto anteriormente, ela sofreu interferências da academia, mas foram os movimentos sociais que, gradativamente, se tornaram movimentos ecológicos ou ambientais, que realmente deram voz à EA. Esse caminho ainda é percorrido a cada dia, porque todo campo de conhecimento está sempre em construção. Hoje, a EA no Brasil é uma política pública legalizada, mas o desafio é torná-la real, prática, transversal e verdadeiramente eficaz.

1.2. Escolas e Proposta de EA

A Secretaria Municipal de Educação de Goiânia divide espacialmente o atendimento da Educação Fundamental em 05 Unidades Regionais, nas quais se inserem o ensino infantil. A pesquisa fez o recorte de estudar uma regional, na qual as escolas pesquisadas foram criadas entre os anos de 1960 a 1990 e estão localizadas em área de extrema pobreza da cidade, conforme Plano Diretor (Prefeitura Municipal de Goiânia, 2007). Os bairros onde estão localizadas as escolas possuem sistema de água, esgoto, telefonia e energia elétrica. Contudo, a paisagem urbana que os modela apresentam problemas de infraestrutura, bem como ruas sem asfalto, iluminação pública precária, além de degradações ambientais (córrego poluído, erosões, etc). Em sua maioria, as escolas possuem salas de aula pequenas e abafadas, ausência de bibliotecas, espaço inadequado para recreação e se encontram com sua estrutura física em risco. Fato que, por vezes, impossibilita funcionamento de atividades de ensino (aula, recreação, etc). A falta de infraestrutura urbana aguça práticas de convivência social desumanas fazendo com que algumas das instituições escolares tornem-se palco de conflitos sociais (por exemplo, tráfico de drogas e guerra pelo poder espacial). Todo esse cenário de risco gera medo, ansiedade e solidão. Veyret (2007) afirma que “o risco evidencia-se [...] como a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal” (p. 11). No caso das escolas em questão o risco é traduzido como social (miserabilidade) e ambiental (poluição, contaminação, erosão, etc).

No decorrer das atividades de campo para levantamento de dados percebeu-se que a vulnerabilidade, perda e prejuízo material e humano da população ali residente são ainda maiores devido à ausência de ação do poder público. A população atendida nas escolas pesquisadas caracteriza-se socialmente por



peças de baixa renda, na sua maioria por empregados domésticos, da construção civil ou ainda da zona rural. Muitos alunos possuem pais separados, criados apenas pela mãe ou pela avó.

Diante do quadro desenhado, quais propostas de EA foram ou são realizadas nas escolas? Como discutir a necessidade de EA com a população que vivencia o risco ambiental e social todos os dias?

Das oito escolas pesquisadas apenas 04 apresentam propostas de EA tendo temáticas variadas: conservação de patrimônio da escola, dengue, febre amarela, bullying, cidadania e meio ambiente, cidadania e comunidade, trânsito, pluralidade cultural, horta na escola, folclore, saúde para todos, esporte e qualidade de vida, entre outras temáticas. Destaca-se que apenas uma das escolas apresenta proposta de EA, na qual contempla discussões sobre o corpo, mente e natureza envolvendo os aspectos do meio ambiente e vida, destacando doenças como dengue e febre amarela. Aliás essas duas doenças aparecem com frequência como proposta de projetos, seja para discutir cidadania, seja para discutir a própria doença, ou ainda atrelada às discussões de meio ambiente como aparece em uma das instituições.

As escolas, em sua maioria, contemplam a EA em datas comemorativas, como exemplo dia do meio ambiente. Tal postura mina a perspectiva de entendimento da EA como um novo reposicionamento diante dos problemas ambientais. Percebeu-se, conforme estudo dos documentos escolares entre outras observações, que a comunidade escolar encontra-se desprovida de conteúdo sobre EA e muito pouco se diz sobre relação Sociedade/Natureza, Homem/Natureza ou ainda Homem/Sociedade. Apesar das exigências de Leis Federal, Estadual e Municipal para que a EA esteja presente no cotidiano escolar, ela ainda é desconsiderada. Pelo menos nas escolas estudadas, nos quais evidencia não apenas descumprimento das leis, mas demonstra a falta de preparo da comunidade escolar em tratar de tema que, de certa forma, discute a sustentabilidade da sociedade mundial.

1.3. Desenhos: visão de EA (Homem/Homem e Homem/Natureza)

É oportuno esclarecer que para as crianças participarem das dinâmicas propostas pela pesquisa foi necessária a autorização dos pais ou responsáveis. Durante essa etapa, foi fundamental assegurá-los que se tratava apenas de uma atividade lúdica sobre natureza e solidariedade. Enfim, vários se convenceram e autorizaram, outros não concordaram e muitos nem se quer compareceram às reuniões. Mesmo assim o trabalho prosseguiu e as dinâmicas foram aplicadas apenas com as crianças



que estavam autorizadas. Em algumas escolas houve uma maior adesão, ficando clara a parceria das professoras ao ajudarem na coleta das assinaturas. Mas, infelizmente, em algumas escolas a adesão foi mínima.

Foram aplicadas duas dinâmicas no mesmo dia em cada uma das salas de aula, durando quarenta minutos, em média, toda a atividade. O trabalho foi conduzido de forma bastante lúdica como se fosse uma simples brincadeira com desenho. Cada criança recebeu papel e giz de cera e a solicitação que fizessem um desenho sobre natureza do jeito que ela quisesse. Com essa primeira parte da dinâmica a pesquisa procurou identificar as concepções que essas crianças têm sobre natureza, fazendo o recorte com base nas categorias anteriormente eleitas: romântica, utilitarista, naturalista ou sócio-ambiental. Essa resposta é de suma importância para mapear se a Educação Ambiental está sendo trabalhada; e se está, com base em qual concepção, esse trabalho vem sendo realizado. Ao término do desenho conversou-se com a criança sobre o desenho feito.

Em seguida, conversou-se com eles sobre o significado do termo ajuda e eles sempre se mostraram cientes e seguros sobre o que quer dizer ajudar alguém, inclusive dando vários exemplos. Certa que eles entenderam, passou-se a contar uma história onde dois amiguinhos de escola, ambos com 05 anos (idade média das crianças que estavam participando) estavam brincando no recreio e um deles caiu do balanço e se machucou. Nesse momento foi dito para eles desenharem cada um o seu final: se o outro amiguinho ia ajudar o que estava machucado, ou se ele preferia não ajudar. Explicou-se também que cada final era segredo e não poderia contar, nem mostrar para o coleguinha.

O intuito da pergunta foi saber até que ponto eles se preocupam com o outro, se eles têm atitudes de cuidado e solidariedade com seus pares. A preocupação de não mostrarem o desenho uns aos outros se justifica, para tentar evitar que um interfira na concepção do outro, e que o desenho apresentado seja efetivamente a atitude individual de cada uma dessas crianças. Por meio dessa segunda dinâmica a pesquisa procurou observar a Educação Ambiental, tendo como pano de fundo a Ecosofia, como essa criança vê o outro, como ela se relaciona com o seu semelhante, até que ponto o bem estar dos seus pares lhe é importante. Com base na coleta do material das dinâmicas a pesquisa passa a analisar esses dados de acordo com as categorias eleitas no trabalho em questão.

Durante as realizações das dinâmicas, os alunos, em sua maioria, foram educados e comprometidos com a atividade. As professoras prestativas auxiliaram na



organização da sala de aula. O gráfico 01, a seguir, apresenta o percentual do entendimento de natureza:

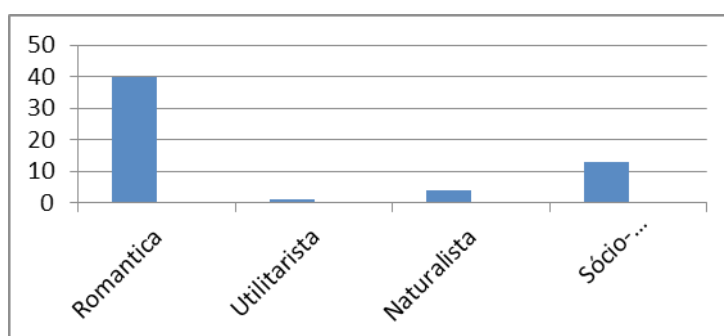


Gráfico 01: Visões de Natureza na Percepção dos Alunos de Educação Infantil

A natureza é interpretada pela maioria dos alunos numa visão romântica, o que é inerente à idade das crianças pesquisadas. O enaltecimento da mãe natureza, a beleza e afetividade estão presentes nos desenhos, como também as percepções ambientais produzidas refletem o entendimento de uma pluralidade espacial. Os alunos que expressam visão romântica (Natureza/Natureza) também foram que, na segunda dinâmica, afirmaram solidariedade ao outro (Homem/Homem). Aqueles que desconsideram o outro, ou seja, negaram ato de solidariedade, em sua maioria, apontaram as visões sócio-ambiental e utilitarista.

Os desenhos **A** e **B** referem-se, respectivamente, às categorias sócio ambiental e romântica. O primeiro evidencia a relação de duas crianças com as plantas e o sol (Homem/Natureza). O segundo retrata o enaltecimento da natureza perfeita e harmônica. Já no desenho **C**, a criança manifestou vontade de auxiliar o colega, fazendo movimento de aproximação com as pernas e explicando verbalmente que estava correndo para ajudar. Já no desenho **D**, a criança manifestou por meio da solidão o distanciamento em relação ao colega, demonstrando que prefere não ajudá-lo e até mesmo verbalizando sua vontade. É importante destacar que no desenho **D**, a criança, mesmo tendo disponível várias cores de giz de cera, optou somente pela cor cinza.



Figura A



Figura B



Figura C

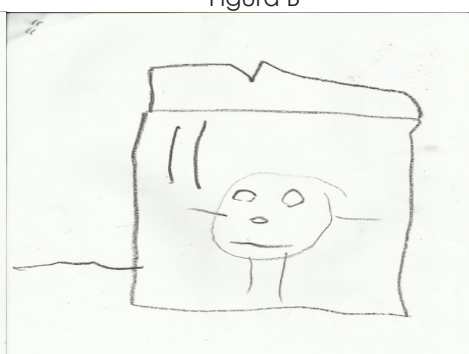


Figura D

Os desenhos E e F referem-se, respectivamente às categorias romântica e sócio ambiental. O primeiro retrata a natureza bela, harmônica e a ausência do homem como parte integrante da natureza. O segundo retrata a proximidade de uma criança com a lua, o pássaro e uma tartaruga.

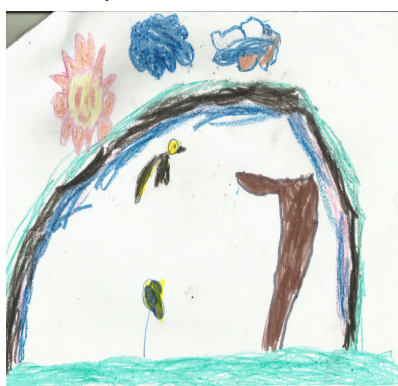


Figura E



Figura F

No desenho **G** a criança manifestou desejo em ajudar o amigo ao desenhar a proximidade deles e também os dois corações juntos. Já no desenho **H** a criança manifestou a vontade de não ajudar, demonstrando distanciamento ao se colocar quase de costas para o colega. Além disso, explicou verbalmente que preferia ficar longe.

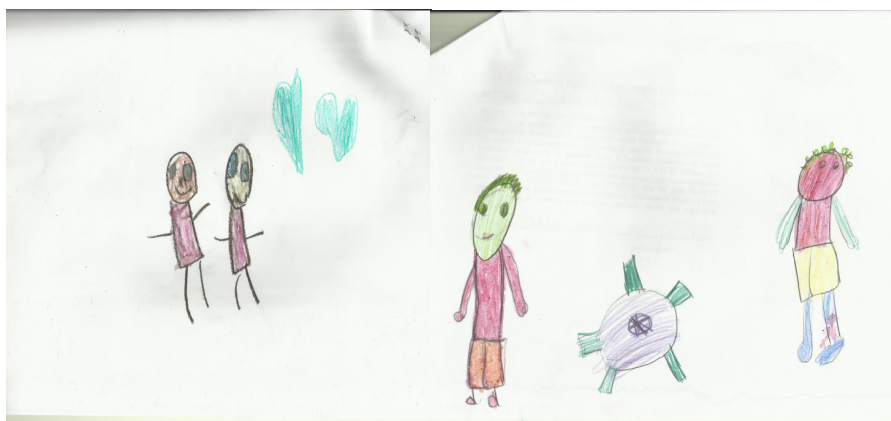


Figura G

Figura H

Os desenhos **I** e **J** e **L** referem-se, respectivamente, às categorias de natureza romântica e utilitarista e naturalista. No primeiro, a criança retrata uma borboleta em um jardim de forma bela, harmônica e sem a presença do homem. Já no segundo, a criança desenhou uma casa e uma camionete. Nesse desenho percebe-se a predominância da madeira e seu sentido de utilidade. A criança verbalizou que a natureza é que lhe oferece a madeira para fazer a casa onde fica a camionete. Já o desenho **L** retrata a categoria de natureza naturalista, somente com água e céu de forma pura. A criança verbalizou que o céu e a água estavam limpos.



Figura I

Figura J



Figura L

Os desenhos M e N e O retratam, respectivamente, as categorias de natureza romântica, naturalista e sócio-ambiental. O primeiro é caracterizado pela harmonia, beleza e sem presença do homem. Já no segundo, a criança desenhou apenas arbustos puros e verbalizou que natureza é mato, lugar onde o homem nunca esteve. O desenho O demonstra que o homem faz parte da natureza juntamente com o sol, a água e as nuvens. No último a criança verbalizou que deve-se cuidar da natureza.



Figura N



Figura M



Figura O

Conclusão

A maioria das crianças que participaram da pesquisa tem visão romântica da natureza, baseada na harmonia perfeita, equilíbrio, beleza e afetividade. Elas entendem que o homem está fora do contexto da natureza, o que prejudica o trabalho de EA holística e integradora. A percepção das crianças, em sua maioria, sobre EA volta-se para a Ecosofia, aproximando-se da ideia filosófica baseada na relação de respeito e solidariedade do Homem/Homem e do Homem/Natureza.

Percebe-se que para um futuro melhor - mais solidário e justo, é necessário revê atitudes, concepções e ideais. As relações Natureza/Homem e Homem/Homem precisam se encontrar e reencontrar e o olhar de cada criança envolvida na pesquisa permite-nos acreditar nessa possibilidade e na esperança de que tudo está ali dentro, mas tem que ser cultivado, trabalhado, perpetuado, conquistado e reconquistado a cada nova geração.



Referências

- Carvalho, I. C. de M. (2008) Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. (3ª ed.) São Paulo: Cortez.
- Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988.
- Freire, P. (1995) À sombra desta mangueira. São Paulo: Olho d' Água.
- LEI nº 9795 de 27/04/1999.
- Loureiro, Carlos F. (2009) Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez Editora.
- Oscar, Sergio C. de. (2005) A produção sobre educação ambiental nos mestrados em Educação de seis universidades fluminenses no período de 1995-2005. Universidade Católica de Petrópolis/Mestrado em Educação.
- Prefeitura municipal de Goiânia (2012). Plano diretor de Goiânia, 2007. Retirado de: www.ademigo.com.br/iframe/legislacao_detalhe.php?id=7459
- Prudente, S.R. (2013). Educação Ambiental e escola de educação infantil: mapeando proposta e perspectiva (Goiânia, 2012). Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica/ Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Retirado de: www.unievangelica.edu.br
- Sauvé, Lucie. (2005) Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M. CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed.
- Tristão, Martha. JACOBI, Pedro R. (org). (2010) Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa. São Paulo: Annablume.
- Veyret, Y. (2009). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto.